



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141115 - BA (2021/0004863-7)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
RECORRENTE : EDIMILSON PEREIRA DOS SANTOS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por EDIMILSON PEREIRA DOS SANTOS contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA BAHIA (HC n. 8024106-74.2020.8.05.0000).

O recorrente foi preso em flagrante em 18/08/2020 pela suposta prática do delito previsto no art. 155, §4º, incisos I e II e no art. 307, todos do Código Penal, posteriormente convertida em preventiva.

O impetrante sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários à custódia cautelar, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal, porquanto a decisão carece de fundamentação idônea apta a justificar a imposição da medida.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva, com ou sem a imposição de medidas cautelares alternativas. No mérito, pugna pelo provimento do recurso para que possa responder ao processo em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. O desembargador relator justificou, de forma fundamentada, a necessidade de manutenção da prisão preventiva contra o recorrente (fl. 69):

[...]

As circunstâncias descritas no caso evidenciam a presença dos requisitos necessários para a imposição de medida cautelar, uma vez que, conforme destacado na Decisão Preventiva, ficou pontuada a necessidade de se garantir a ordem pública, considerando a existência de prévia condenação pela prática do mesmo crime, além de outras ações penais em desfavor do paciente, elementos estes que se mostram indicativos seguros de que a custódia cautelar se mostra adequada à reiteração delitiva.

[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência